

O Estado de São Paulo
Quinta-feira, 8 de julho de 1999

Em busca da coerência perdida IMPROVISAÇÃO MOSTRA FADIGA NO PROCESSO DECISÓRIO DO GOVERNO

*Marcelo de Paiva Abreu**

Qualquer tentativa de recuperação da iniciativa política por parte do governo depende de uma drástica redução da exposição do Presidente a desgastes desnecessários. No entanto, o que se vê é a Presidência desprovida de estruturas capazes de antecipar e contornar situações conflituosas sem que seja necessária a mobilização direta e precipitada do Presidente. A última quinzena foi rica de exemplos de exposição e desgaste do Presidente da República, envolvido no varejo das fricções do processo decisório e abdicando da sua posição de instância política final no governo. Limitando a análise à área econômica, e ainda mais especificamente, à política industrial, é possível detectar vários episódios nos quais o Presidente foi colocado na linha de fogo, ou obrigado a se abrigar em trincheira vulnerável, com alta probabilidade de desgaste.

Com relação aos segmentos mais xiitas do empresariado, o governo colheu o que vinha plantando desde o final do ano passado. Embora a nossa memória coletiva seja sabidamente fraca, não custa lembrar que menos de três semanas antes de sua re-eleição, o Presidente da República fez questão de convidar empresários ligados ao Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) para debater políticas de longo prazo objetivando a “valorização da indústria e do emprego”. Logo após a vitória do Presidente o Iedi lançou a sua Agenda para um Projeto de Desenvolvimento, baseada como sempre na escolha de vencedores e no “adensamento das cadeias produtivas”, neologismo criado estritamente para consumo doméstico e que quer dizer substituição de importações de insumos e componentes, em geral com estímulo de dinheiro público subsidiado. A novidade foi a ênfase na criação de um ministério para a política industrial.

No início de dezembro, no mesmo dia em que o Congresso Nacional derrotava o governo, não aprovando a reforma fiscal embutida na Medida Provisória 1720, o Presidente recebeu no Palácio do Planalto o presidente do Conselho de Administração do Grupo Ultra, ativo fundador do Iedi. O fato foi visto à época como elemento importante no processo de desgaste dos “fiscalistas” e no fortalecimento do *lobby* escancarado por um Ministério da Produção “turbinado” e numa política industrial baseada na mobilização de crédito público. Chegou-se a defender publicamente a sandice de que o financiamento dos projetos industriais deveria provir dos depósitos compulsórios do sistema bancário.

Passados seis meses, o convidado presidencial, em meio a comemorações no Iedi, atacava duramente a opção do governo pelo mercado e pela abertura, opção em claro conflito com

as idéias que haviam justificado a fundação da sua entidade. Face à crítica de que o Brasil estava se transformando em um país “sem esperança”, o presidente da República considerou necessário responder pessoalmente, talvez afrontado pela violência do ataque de um empresário a quem havia tratado com deferência no passado. Fez provavelmente a sua mais enfática defesa de políticas baseadas na eliminação de “subsídios, taxas de juros protetoras (sic), reserva de mercado, Estado guarda-chuva”.

Os empresários reunidos no Iedi nem mudaram, nem vão mudar de opinião a respeito da política industrial que preferem. Mas é inevitável que surjam dúvidas quanto à manutenção da coerência no centro do governo a respeito da política industrial. A sinalização do Planalto nos três meses que antecederam o choque cambial de janeiro deste ano efetivamente indicava a possibilidade de uma mudança de rumo. Se o minueto desenvolvimentista tivesse sido dançado de forma mais prudente no fim do ano passado a posição do Presidente teria sido melhor preservada.

Mal encerrado o episódio Iedi e aí está de novo o Presidente envolvido nas miúçalhas da política industrial. À raiz do processo de fusão da Brahma e da Antarctica permitiu-se manifestação quanto às pretensas vantagens de se dispor de uma multinacional brasileira. Além do uso da imagem do Presidente para fins promocionais, que poderia parecer manipulativo aos mais sensíveis, e até mesmo atentatório à dignidade do cargo, há a questão concreta do balanço de vantagens associadas aos ganhos de escala e escopo e de desvantagens associadas à concentração excessiva. O governo dispõe de instâncias técnicas para analisar este assunto e, de alguma forma, a manifestação presidencial poderia ser vista como pré-julgando o assunto. Será que a manifestação apressada do Presidente era mesmo necessária?

Não fosse suficiente a exposição presidencial, é iminente a submissão à sua consideração de legislação aprovada a toque de caixa, na véspera do recesso parlamentar, para possibilitar a extensão de favores fiscais à Ford para que instale na Bahia. O regime de incentivos pertinente caducou em 1997 e a sua ressurreição temporária é totalmente casuística, feita para acomodar empresa que não teve sucesso em assegurar a continuidade do programa de extração de benefícios fiscais no Rio Grande do Sul, após a vitória do candidato de oposição. A tramitação do projeto contou com o entusiástico apoio do Senador Antonio Carlos Magalhães, sendo aprovado por voto de lideranças. O apoio do senador é compreensível, dada a localização do empreendimento, mas será que o projeto é prioridade de governo? O Presidente está em uma situação difícil. Se vetar a proposta estará contribuindo para minar ainda mais a já combalida coalizão governamental. Se sancionar a legislação, estará se desmentindo em relação às declarações críticas ao Iedi quanto ao fim do casuísmo e do Estado guarda-chuva. A defesa da medida poderá ser, também, difícil no âmbito da Organização Mundial de Comércio e do Mercosul. E dará um argumento convincente aos que sublinham que o Executivo é um refém do PFL e do senador Antonio Carlos Magalhães. Está faltando assessoria no Planalto.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.

